

Mauro Fonseca Andrade
Pablo Rodrigo Alflen

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

**3ª EDIÇÃO – revista, atualizada e ampliada –
de acordo com a Resolução nº 213 do
Conselho Nacional de Justiça**



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2018

Conselho Editorial

André Luís Callegari
 Carlos Alberto Molinaro
 César Landa Arroyo
 Daniel Francisco Mitidiero
 Darci Guimarães Ribeiro
 Draiton Gonzaga de Souza
 Elaine Harzheim Macedo
 Eugênio Facchini Neto
 Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
 Giovani Agostini Saavedra
 Ingo Wolfgang Sarlet
 José Antonio Montilla Martos
 Jose Luiz Bolzan de Moraes
 José Maria Porras Ramirez
 José Maria Rosa Tesheiner
 Leandro Paulsen
 Lenio Luiz Streck
 Miguel Ángel Presno Linera
 Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
 Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A553a Andrade, Mauro Fonseca.

Audiência de custódia no processo penal brasileiro / Mauro Fonseca Andrade, Pablo Rodrigo Alflen. 3. ed. rev. atual e ampl. de acordo com a Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça – Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2018.

190 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-9590-016-5

1. Processo penal - Brasil. 2. Audiência de custódia. 3. Poder judiciário. 4. Poder legislativo. 5. Tribunal de justiça. I. Alflen, Pablo Rodrigo. II Andrade, Mauro Fonseca. III. Título.

CDU 343.1(81)

CDD 345.8105

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Brasil : Audiência de custódia 343.1(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1140224

Sumário

Introdução.....	13
1. A audiência de custódia e sua inserção no Direito brasileiro.....	17
1.1. A necessária adequação do Brasil às normas de Direito Internacional Público.....	17
1.2. Intentos de ordem legislativa.....	34
1.2.1. Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009.....	35
1.2.2. Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, e sua conversão no Projeto de Lei nº 6.620, de 2016.....	37
1.2.2.1. A formatação da audiência de custódia.....	38
1.2.2.2. Manifestações institucionais de apoio e rechaço ao PLS nº 554, de 2011.....	41
1.2.3. Proposta de Emenda Constitucional nº 112, de 2011.....	47
1.2.4. Projeto de Lei nº 7.871/2014.....	48
1.2.4.1. Apresentação e justificativa.....	48
1.2.4.2. A formatação da audiência de custódia.....	49
1.2.5. Projeto de Lei nº 470/2015.....	50
1.2.5.1. Apresentação e justificativa.....	50
1.2.5.2. A formatação da audiência de custódia.....	50
1.2.6. Proposta de Emenda Constitucional nº 89, de 2015.....	51
2. A audiência de custódia sob a ótica dos atos normativos e dos tribunais internacionais.....	53
2.1. Noções preliminares.....	53
2.2. Quem deve ser apresentado.....	54
2.3. Objetivos.....	59
2.4. Forma da apresentação.....	63
2.4.1. Apresentação pessoal.....	63
2.4.2. Apresentação por videoconferência.....	66
2.5. Prazo da apresentação.....	70
2.6. A quem deve ser feita a apresentação.....	84
2.6.1. Juiz ou outra Autoridade.....	84
2.6.2. Atributos a serem satisfeitos pelo condutor da audiência de custódia.....	88
2.6.2.1. Independência.....	89

2.6.2.2. Imparcialidade.....	91
2.6.2.3. Autoridade competente.....	97
2.6.2.4. Previsão expressa em lei.....	108
2.7. Consequências da não realização da audiência de custódia.....	110
3. Aspectos polêmicos ligados à implantação da audiência de custódia no Brasil.....	117
3.1. Noções preliminares.....	117
3.2. Regulamentação por provimento.....	118
3.3. A questão procedimental: uma análise necessária	127
3.3.1. O que se entende por apresentação?.....	128
3.3.2. Deve haver uma audiência de custódia?.....	130
3.4. O papel do juiz na audiência de custódia.....	135
3.4.1. Mácula ao sistema acusatório.....	139
3.4.2. O necessário impedimento do juiz inquiridor.....	146
3.5. Falta de estrutura física e de pessoal.....	154
3.6. Vedações probatórias.....	161
3.6.1. (Im)possibilidade de intervenção do Ministério Público e da defesa na oitiva do sujeito conduzido.....	161
3.6.2. Vedação do depoimento para fins probatórios.....	168
3.7. Liberdade provisória concedida pela autoridade policial.....	173
3.8. Proibição de prévio ingresso em estabelecimento prisional.....	176
3.9. Ausência do Ministério Público e da Defesa.....	179
3.10. Arquivamento do inquérito policial na audiência de custódia.....	181
Referências bibliográficas.....	185